

Já no Senado a proposta da consolidação da dívida de SP

Dívida Pública
21-6-75

Das Sucursais de BRASÍLIA
e de BELO HORIZONTE

O presidente da República dirigiu ontem mensagem ao Senado Federal, acompanhada de exposição de motivos do ministro de Estado da Fazenda, relativa à proposta para que seja autorizado o governo do Estado de São Paulo a elevar em um bilhão de cruzeiros o montante de sua dívida consolidada, mediante a colocação de obrigações Reajustáveis do Tesouro Estadual e Bonus Rotativos.

A integra da exposição de motivos do ministro Simonsen diz o seguinte:

"Refiro-me ao anexo voto, relacionado com pleito do governo do Estado de São Paulo no sentido de obter autorização para dilatar o seu limite de endividamento em Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), mediante a colocação de obrigações reajustáveis do tesouro estadual.

O Conselho Monetário Nacional, em sessão de 4 de junho de 1975, ao apreciar o mencionado voto, recomendou o encaminhamento do pleito à Presidência da República.

Nessas condições, e em face do que preceitua o parágrafo 2.º do Art. 1.º da Resolução n.º 58, de 23 de outubro de 1968, do Senado Federal, tenho a honra de submeter a matéria à elevada consideração de Vossa Excelência, a fim de que, se merecedora de acolhimento, se-

ja encaminhada àquela Casa do Congresso.

Cotas do ICM

A Junta de Coordenação Financeira da Secretaria da Fazenda recebeu ontem comunicado do Banco do Estado de São Paulo informando que já está à disposição das prefeituras do Estado de São Paulo, em conta especial, o valor a ser distribuído aos municípios, como cotas de participação na arrecadação do ICM, referente à primeira quinzena de junho corrente. O referido valor totalizou Cr\$ 253.820.907,00.

Endividamento de Minas Gerais

O secretário da Fazenda de Minas Gerais, João Camilo Penna, revelou ontem, ao depor para os membros da Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa, que a dívida total do Estado atinge a 3 bilhões e 154 milhões de cruzeiros, de acordo com um levantamento feito em 31 de maio último, informando, ainda, que Minas precisa gerar, anualmente, 100 mil empregos diretos para absorver a mão-de-obra que ingressa no mercado ativo, a cada ano. Nesse seu primeiro contato com os deputados, disse desconhecer o montante dos compromissos a vista, sendo, então, apartado pelo deputado Kemil Kumaira, do MDB, que informou atingir a importância de 900 milhões de cruzeiros, o que eleva a dívida para cerca de 4 bilhões e 100 milhões de cruzeiros.

Camilo Penna advertiu, porém, que a situação financeira de Minas Gerais vem experi-

mentando gradual melhora, o que já permitiu ao governador Aureliano Chaves propor um aumento de 38% para o funcionalismo, constituindo preocupação imediata não deixar nenhum servidor com vencimentos inferiores ao valor do salário-mínimo regional, que é de 538 cruzeiros.

Quanto ao crescimento da dívida do governo mineiro, segundo dados mostrados pelo secretário da Fazenda, esta era de 1 bilhão e 800 milhões em dezembro de 1971, decaindo para 1 bilhão e 80 milhões em dezembro de 1973, para atingir a 2 bilhões e 790 milhões em fins do ano passado.

Referindo-se à política salarial vigente, disse Camilo Penna que providências estão sendo adotadas para reajustar os níveis de vencimentos à realidade sócio-econômica, seguindo-se, dessa maneira, o modelo que vem sendo imprimido pelo governo federal. Essa política de reajuste dos atuais índices está levando em consideração a taxa inflacionária experimentada pelo País.

Finalmente, o secretário da Fazenda disse constituir igual preocupação do governo mineiro incentivar a industrialização do Estado e promover uma melhor distribuição de riquezas, em face da preocupação de se criar anualmente, pelo menos 100 mil empregos diretos, quantidade suficiente apenas para absorver a mão-de-obra que, a cada ano, ingressa ativamente no mercado. Essa política de se evitar o desemprego ou minorar as suas consequências já foi posta em vigor, nesses três primeiros meses da atual administração.